

Dante D'Aquino

CRIMES AMBIENTAIS
E A
RESPONSABILIDADE PENAL DA EMPRESA
A POLÍTICA CRIMINAL COMO LEGITIMAÇÃO
PARA RESPONSABILIDADE PENAL DA EMPRESA

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2022 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Biblioteca CRB 9/870

1202002

D212 c
2022 D'Aquino, Dante
Crimes ambientais e a responsabilidade penal da empresa : a política criminal como legitimação para responsabilidade penal da empresa / Dante D'Aquino. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2022.
117 p. ; 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-250-2926-9

1. Crimes contra o meio ambiente. 2. Política ambiental.
3. Responsabilidade penal. I. Título. II. Série.

CDD - 345.04

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156-4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
A ATIVIDADE EMPRESARIAL E O MEIO AMBIENTE.....	21
1.1 O paradigma filosófico iluminista como discurso teórico da revolução industrial.....	21
1.2 O movimento industrial, a fábrica e a mão de obra no século XVIII	25
1.1.1 A Pessoa jurídica como instrumento de produção e acúmulo de riqueza ...	30
1.1.2 A formação do consumismo e seus reflexos socioambientais	35
CAPÍTULO 2	
O RECONHECIMENTO DO MEIO AMBIENTE COMO BEM JURÍDICO PENAL	41
2.1 A evolução histórica do bem jurídico na dogmática penal	41
2.2 Evolução do bem jurídico ambiental no direito brasileiro.....	50
2.2.1 O bem jurídico ambiental e a constituição de 1988.....	51
2.3 Meio ambiente como princípio da ordem econômica	55
2.3.1 Uma análise evolutiva dos direitos fundamentais e a categorização do bem jurídico ambiental – terceira geração de direitos	58
2.3.1.1 <i>A primeira geração de direitos</i>	60
2.3.1.2 <i>A segunda geração de direitos</i>	61
2.3.1.3 <i>A terceira geração de direitos</i>	64
2.3.1.4 <i>O direito ao meio ambiente como direito de terceira geração: princípio da solidariedade</i>	66
2.3.1.5 <i>O bem jurídico e sua concreção: o caminho para a tutela de interesses difusos</i>	68
2.3.1.6 <i>O meio ambiente como bem jurídico de interesse supraindividual</i>	69
2.3.1.7 <i>Observações críticas</i>	73
CAPÍTULO 3	
A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA	77
3.1 A responsabilidade penal da pessoa jurídica como contenção à lesão ao meio ambiente	77
3.1.1 A Responsabilidade penal da empresa no direito ambiental brasileiro.....	78
3.1.1.1 <i>O mandado criminalizador da Constituição</i>	81

3.1.1.2 A análise da necessidade de proteger o meio ambiente através da responsabilidade penal da empresa: justificativas e considerações	89
3.2 A proteção do meio ambiente através do direito administrativo e do direito civil – estrutura administrativa do direito ambiental no Brasil	95
3.2.1 O processo administrativo como instrumento de tutela do meio ambiente	98
3.2.1.1 A ação civil pública como instrumento de proteção do meio ambiente	100
3.3 A insuficiência dos instrumentos extrapenais de proteção do meio ambiente	103
3.3.1 Apontamentos finais	105
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	109